

Projeto Político-Pedagógico e a Educação de Jovens e Adultos: estudo comparativo entre uma EMEF e um CIEJA do município de São Paulo

The Political Pedagogical Project and the Education of Youngsters and Adults: a comparative study between an EMEF and a CIEJA in the city of São Paulo

Silvia Helena do Nascimento Nogueira
Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade EJA - Proeja

RESUMO

Este artigo tem por objetivo fazer uma análise comparativa entre uma EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) que ensina a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) e um CIEJA (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos), a partir de informações colhidas dos projetos político-pedagógicos de ambas. As referidas unidades escolares situam-se na zona sul do município de São Paulo. Para a realização desta pesquisa, foi necessário um percurso metodológico baseado em uma série de referências, como, por exemplo, Haddad, Di Pierro, Veiga (2004) entre outros. A abordagem metodológica tem caráter qualitativo e é de cunho documental exploratório. O resultado da pesquisa apontou que, enquanto o CIEJA apresenta, pela sua própria natureza institucional, uma ampla preocupação com as especificidades da modalidade de EJA, a EMEF desconsidera tais especificidades na sua organização curricular e prática pedagógica, nivelando os adultos às crianças.

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico. Educação de Jovens e Adultos. EMEF. CIEJA. Currículo.

ABSTRACT

This article aims a comparative analysis between an EMEF (Municipal Primary School) which includes the EJA modality (Education of Youngsters and Adults) and a CIEJA (Integrated Education Center for Youngsters and Adults), based on information gathered within the political pedagogical projects from both of them. The schools mentioned above are situated in the south area of the city of São Paulo. To develop this research it was necessary to establish a methodological approach based on a series of references, i.e., Haddad, Di Pierro (2000), and Veiga (2004), among others. The present methodological approach has a qualitative documental character and exploratory nature as well. Its results pointed out that, meanwhile the CIEJA presents great preoccupation with the specificities of the EJA modality (due to its own institutional characteristics), the EMEF schools disconsider such specificities within their curricular organization and pedagogical practices, for it equates children to adults.

Keywords: Political pedagogical project. Education of Youngsters and Adults. EMEF. CIEJA. Curriculum.

INTRODUÇÃO

Diante da realidade social e econômica que nos cerca, procura-se cada vez mais sujeitos mais bem qualificados para o mercado de trabalho. Adultos com baixa ou nenhuma escolaridade, preocupados com esta situação, procuram uma condição de trabalho mais digna. Por isso, retornam à sala de aula. Geralmente os educadores que lecionam na rede regular de ensino insistem em repetir a mesma prática das crianças com os adultos. Oliveira (2007, p. 88) nos ajuda a pensar:

Não importando a idade dos alunos, a organização dos conteúdos a serem trabalhados e os modos privilegiados de abordagem dos mesmos seguem as propostas desenvolvidas para as crianças do ensino regular. Os problemas com a linguagem utilizada pelo professorado e com a infantilização de pessoas que, se não puderam ir à escola, tiveram e têm uma vida rica em aprendizagens que mereceriam maior atenção, são muitos.

Infelizmente é rara a preocupação com a heterogeneidade e a experiência de vida dos educandos. Não é dada a devida relevância ao contexto sociocultural-econômico do indivíduo. Em busca de esclarecer os objetivos, as ações, enfim, as práticas escolares para jovens e adultos, foram investigadas duas unidades escolares. Para isso, recorreu-se aos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das mesmas, tendo em vista ser este um documento que indica o rumo das ações educativas.

A escolha das escolas teve o seguinte critério: as duas situam-se em áreas periféricas da zona sul do município de São Paulo, porém considerados de classe média; no que se refere ao transporte público, a população possui fácil acesso. Uma delas é uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), de ensino regular que, paralelamente, oferta a modalidade de EJA (Educação de Jovens e Adultos), enquanto a outra é um CIEJA (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos). Essa diferença proporcionou melhor análise comparativa quanto à atuação dos PPPs nesta modalidade de ensino.

A proposta metodológica escolhida para esta pesquisa foi a abordagem qualitativa, de cunho documental e exploratória, tendo como objetivo levantar informações sobre os Projetos Políticos-Pedagógicos das referidas escolas.

A primeira seção aborda uma breve trajetória da história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Não se trata de contar a trajetória histórica, mas reunir elementos para contextualizar e pensar o que temos hoje no âmbito da EJA. A segunda seção intitula-se “Procedimentos Metodológicos”: diz respeito ao método utilizado para orientar esta pesquisa. Na terceira seção, foi realizada uma síntese sobre o que é um Projeto Político-Pedagógico e dos Projetos, objeto deste estudo, na intenção de lançar questões sobre a forma como a temática da EJA está posta nos documentos. A quarta seção estabelece comparações dos Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas e refere-se à identificação dos projetos. Por fim, são feitas as considerações finais.

1 UMA TRAJETÓRIA DA EJA

O início da Educação para Adultos no Brasil ocorreu durante o período colonial com aulas ministrados pelos missionários da Companhia de Jesus, durante o século XVI, que, além de difundir o catolicismo, ensinavam comportamentos e ofícios.

Em um segundo momento da história brasileira, durante o Império (1822 a 1889), ressurgiram os questionamentos quanto à educação. A primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824, veio garantir instrução primária para todos os cidadãos. No entanto, ocorreu um avanço pífio, pois o governo imperial ficou responsável pelos cidadãos da elite, os quais possuíam cidadania, enquanto a maioria da população, ou seja, os menos favorecidos, ficou sob a responsabilidade das instâncias administrativas com recursos financeiros extremamente escassos para fins educacionais. “Ao final do Império, 82% da população com idade superior de cinco anos permanecia analfabeta” (Haddad e Di Pierro, 2006, p. 109).

A Constituição promulgada em 1891, que marcou a transição da monarquia para a república, priorizou a formação das elites, visto que a União assumiu o ensino secundário e superior. Neste período, os adultos analfabetos eram considerados incapazes e, conseqüentemente, foram impedidos de votar. Com preocupação com o ensino básico, grandes reformas na área da educação foram feitas. Entretanto, os recursos financeiros eram baixos e não ensejaram o efeito esperado. “O censo realizado em 1920 indicou que 72% da população acima de cinco anos continuava analfabeta” (Haddad e Di Pierro, 2006, p. 110).

Durante o século XX, após a década de 1920, aumenta a preocupação com o alto índice de analfabetismo, caracterizando um período de transformações políticas, sociais e econômicas. Conforme Pupo (2011, p. 26):

Na década de 30, mesmo sendo dominante o setor agrário, iniciava-se uma série de transformações que vinha ocorrendo de forma lenta e gradual. A urbanização e a industrialização se intensificavam em razão das imigrações para as lavouras cafeeiras e dos investimentos dos grandes fazendeiros em indústrias.

Como o avanço econômico acarreta consigo mudanças, era necessária a qualificação da população.

Com a Constituição de 1934, veio o Plano Nacional de Educação. No intuito de elevar os números de alfabetizados no país, em 1947 foi criada a Campanha de Educação de Adultos, tendo como líder Lourenço Filho. Haddad Di Pierro (2006, p. 111) abordam esse contexto:

Os esforços empreendidos durante as décadas de 1940 e 1950 fizeram cair os índices de analfabetismo das pessoas acima de cinco anos para 40% no ano de 1960. Os níveis de escolarização da população brasileira permaneciam, no entanto, em patamares reduzidos frente à média dos países do primeiro mundo e mesmo de vários dos vizinhos latino-americanos.

A partir de 1960, foi adotado no Brasil o Método Paulo Freire, o qual tinha uma concepção diferente dos demais programas até então utilizados pelo governo, visto que havia a valorização da cultura popular. Durante o golpe de 1964, houve repressão aos movimentos de culturas populares. O Plano Nacional de Alfabetização foi interrompido. Nesse momento turbulento foi inserida na cidade de Recife a Ação Básica Cristã (ABC), modelo de alfabetização de adultos, dirigida por evangélicos norte-americanos, que posteriormente expandiu-se em âmbito nacional.

Várias foram as críticas às Cruzadas e, aos poucos, se extinguíram. Com o término da Cruzada ABC, encontrou-se como alternativa o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Esse programa foi muito criticado nos anos de 1970 e passou por transformações, infelizmente por vários fracassos. Em seguida, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 5.692/71) implantou o Ensino Supletivo. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000, p. 117), “o Ensino Supletivo se propunha a recuperar o atraso, reciclar o

presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola”.

Várias foram as críticas feitas ao Mobral, entre elas, que era uma educação de baixa qualidade e, em 1985, a Fundação Educar veio substituí-lo, porém foi extinta em 1990 durante o governo de Fernando Collor, pois, de acordo com o governo, não havia recursos suficientes e necessitava-se de um ajuste nas contas públicas.

Durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso foi criado o Programa Alfabetização Solidária, coordenado pelo Conselho da Comunidade Solidária, que insistia em práticas anteriores como assistencialismo. Haddad e Di Pierro (2006, p. 26) mencionam que “nos anos recentes, a política educacional do Presidente Lula trouxe novamente o campo da EJA para o centro das responsabilidades do Estado”.

O aumento de vagas nas escolas não trouxe avanços, haja vista a falta de melhoria na qualidade da educação aliada à situação de pobreza extrema, o que favoreceu a exclusão dos jovens e adultos, colocando-os na categoria de analfabetos funcionais. Arroyo (2005, p. 221) nos faz refletir:

A educação de jovens e adultos – EJA tem em sua história muito mais do que a história da educação básica. Nela se cruzaram e cruzam interesses menos consensuais no que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando jovens e adultos são trabalhadores pobres e negros, subempregados, oprimidos, excluídos. O tema nos remete à memória das últimas quatro décadas e nos chamam para o presente: a realidade dos jovens e adultos excluídos.

Atualmente se fazem necessárias práticas que busquem articular conhecimentos prévios dos jovens e adultos com os conhecimentos científicos e tecnológicos com a finalidade de deixar o ensino mais interessante, contribuindo para uma aprendizagem significativa e com a diminuição da evasão escolar.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Tipologia da pesquisa

Para a realização desta pesquisa, foi necessário um percurso metodológico baseado em uma série de referências, como, por exemplo, Haddad, Di Pierro, Veiga (2004), entre outros. Dois textos, em especial, foram importantes para elaboração deste trabalho: Gil (2008) e Bogdan e Biklen (1994). O primeiro cita as técnicas utilizadas e o

segundo aborda a investigação qualitativa. Esta pesquisa apresenta em seu percurso uma abordagem qualitativa, pois se acredita ser esta a melhor abordagem para a análise comparativa dos dados aqui estudados. Nesse sentido, auxiliam-nos a pensar a pesquisa colocações de Bogdan e Biklen (1994, p. 47-50):

(...) na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. (...) A qualitativa é descritiva. (...) Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos. (...) Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. (...) O significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

Na pesquisa qualitativa todos os dados e informações são preciosos, pois são os elementos que legitimam a pesquisa. Assim, optou-se por uma pesquisa de cunho documental exploratória. Gil (2008 , p. 51) aborda:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Neste caso, o pesquisador deverá ficar atento, pois existem documentos que ainda não foram examinados e outros que de alguma forma passaram por análise. Como foi citado acima, essa é uma pesquisa exploratória. Para Gil (2008 , p. 27):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

É importante ressaltar que, para a realização de um trabalho científico, se faz necessário adotar alguns procedimentos e, para isso, a maneira como conduzir a investigação é fundamental. Conforme Gomes (2001, p. 12):

(...) o método e metodologia existem para auxiliar na construção das representações que o pesquisador constrói sobre seu objeto de estudo, ou seja, não deixam de ter caráter instrumental. Porém, constituem-se também como forma de conhecimento, ao longo do processo de pesquisa, na medida em que se constituem em ponto de partida e ponto de chegada, o mítico “porto seguro” almejado pelo pesquisador.

O trecho em tela enfatiza que a metodologia torna claro tudo o que será desenvolvido no método, como, por exemplo: qual será a abordagem da pesquisa, instrumentos utilizados, duração, local da pesquisa. Enfim, como podemos perceber, a metodologia diz respeito aos passos para os procedimentos do trabalho e tem como finalidade chegar aos objetivos da pesquisa.

Depois da decisão de qual seria o tipo de pesquisa a ser realizada em nosso trabalho, escolhemos as escolas para análise dos Projetos Políticos-Pedagógicos.

2.2 Procedimentos de campo

A escolha das escolas teve o seguinte critério: as duas escolas situam-se na zona sul do município de São Paulo, em áreas periféricas, porém consideradas de classe média. Uma delas é uma escola municipal regular que possui a modalidade de EJA, enquanto a outra é um CIEJA. Através dos PPPs, foi possível obter informações referentes às escolas, proporcionando uma análise comparativa entre as mesmas.

Primeiramente, nos meses de novembro e dezembro do ano de 2015, comparei às escolas, apresentando-me para as respectivas coordenadoras e expliquei que necessitava fazer essa pesquisa com o intuito de escrever o artigo com a finalidade de concluir o curso de pós-graduação.

Para preservar a identidade das escolas, chamarei de CIEJA e EJA.

O próprio acesso aos PPPs já é indicativo da diferenciação entre esses tipos de escolas, embora pertençam à mesma rede e região. Senão, vejamos.

No CIEJA a coordenadora me falou que o PPP era um documento público e estava digitalizado, então me pediu o *pendrive* para salvar o documento.

Na EMEF a coordenadora disse que o PPP não podia sair da unidade escolar. Então, pedi que me fizesse a gentileza de tirar cópia e eu pagaria todo o custo, tendo ela respondido que isso também não era possível, mas eu teria a alternativa de escrever os tópicos mais relevantes para a minha pesquisa e, em uma mesa ao lado dela, comecei a escrever. Depois de uma semana nessa situação vexatória, recorri ao orientador desta pesquisa que recomendou apresentar à escola um requerimento fundamentado na Lei de Acesso à Informação. Somente após a leitura da fundamentação legal do pedido, a direção permitiu que se fotografasse o documento.

Assim, com base nos dois PPPs, pôde-se iniciar esta pesquisa.

3 SÍNTESE DOS DADOS

3.1 Projeto Político-Pedagógico

O Projeto Político-Pedagógico busca orientar os gestores, professores, equipe técnica, comunidade e alunos; para isso, é necessário que estes conheçam a realidade da instituição. Ele tem intencionalidade, necessita ser flexível e deve considerar as necessidades e a diferença dos educandos, garantindo as aprendizagens. De acordo com Veiga (2004, p. 78):

O Projeto Político-Pedagógico não é um documento acabado, mas um movimento participativo em contínua transformação; um movimento processual de luta contra a fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, contra a dependência e os efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central.

É imprescindível que haja uma minuciosa observação coletiva da unidade escolar (U.E.), levando em consideração as influências geográficas, políticas, econômicas e culturais do local. Para Veiga (2004, p. 37):

O projeto político-pedagógico é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sala de aula. O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado.

É importante perceber que uma das condições para uma melhor qualidade de ensino na escola é que esta esteja inserida na comunidade, com o intuito de ocorrer um resgate da sua função social e assim responder às necessidades da sua clientela.

Durante a construção do PPP leva-se em consideração a autonomia da escola, pois este é um fator determinante, a fim de se delinear a identidade escolar. Conforme Veiga (2004, p. 41):

A autonomia é, pois, questão fundamental numa instituição educativa, envolvendo quatro dimensões básicas, relacionadas e articuladas entre o administrativo, jurídico, financeiro e pedagógico. Essas dimensões implicam direitos e deveres e, principalmente, em alto grau de compromisso e responsabilidade de todos os segmentos da comunidade escolar. As diferentes dimensões da autonomia são independentes.

O currículo, assim como o PPP, é um norteador da escola da escola e ele precisa respeitar a identidade da unidade escolar e primar pela qualidade do ensino. Para Veiga (1995, p. 6-7):

Na organização curricular é preciso considerar alguns pontos básicos. O primeiro é o de que o currículo não é um instrumento neutro. O currículo passa ideologia, e a escola precisa identificar e desvelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar que a classe dominante utiliza para a manutenção de privilégios. A determinação do conhecimento escolar, portanto, implica uma análise interpretativa e crítica, tanto da cultura dominante, quanto da cultura popular. O currículo expressa uma cultura.

O currículo é necessário para orientar a aprendizagem, mas é importante observar se os objetivos foram alcançados.

Todos os momentos de planejamento do PPP estão permeados por um processo de avaliação. Veiga (2004, p. 52), observa: “A avaliação é vista como ação fundamental para a garantia do êxito do projeto, na medida em que é condição *sine qua non* para as decisões significativas a serem tomadas”.

O PPP precisa estar em constante construção. Para isso, é necessário discutir e avaliar as práticas escolares, assim como a formação dos professores. Segundo Veiga (1995, p. 4):

(...) a formação continuada dos profissionais da escola comprometida com a construção do projeto político-pedagógico não deve se limitar aos conteúdos curriculares, mas se estender à discussão da escola de maneira geral e de suas relações com a sociedade.

O Projeto Político-Pedagógico, para ser reconhecido como um documento norteador das ações escolares, não deve ser um documento puramente burocrático, ele precisa ser efetivamente conhecido pelos professores, a fim de que seja colocado em prática.

4 PPPs E A EJA – ESTABELECIDO COMPARATIVOS

4.1 CIEJA

Inicialmente o CEMES era uma escola de ensino fundamental onde se ensinava a modalidade supletiva, não presencial, sua metodologia tinha qualidade e flexibilidade, e a maior autonomia auxiliava o educando no sentido de buscar novos saberes.

O início das atividades ocorreu em 9 de junho de 1997. A qualidade do CEMES melhorou em 1998, e o trabalho realizado fez com que os componentes curriculares ganhassem atividades complementares.

Em 1999 ocorreu a capacitação dos professores de acordo com a legislação apropriada ao funcionamento do CEMES, já 2002 foi um ano de transformações. O Projeto Político-Pedagógico CIEJA (2015) cita:

De acordo com o Decreto Federal nº 2.208/97, artigos 3º e 4º, a Educação Básica Profissional passaria a fazer parte do Currículo Escolar e, em junho de 2002, o CONAE/DOT-EJA publicou o Plano de Curso dos Centros, sugerindo a mudança de sua denominação de CEMES para CIEJA (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos).

O plano instaurou uma nova organização curricular, começou a emitir certificado de qualificação profissional e meios para desenvolver o projeto.

O referido CIEJA atende um público heterogêneo de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (2015):

São alunos trabalhadores, donas de casa, jovens e alunos deficientes. Os educandos e as educandas atendidas demandam um olhar e uma abordagem pedagógica coerente com as dificuldades e necessidades relativas a esta diversidade. A faixa etária dos nossos alunos está compreendida entre 15 e 85 anos. Muitos deles são migrantes, em grande parte da região Nordeste. Apresentam, em média, baixa qualificação profissional; e valorizam a escola e os professores.

O CIEJA em questão procura trazer a comunidade para a escola, convidando-os a participar de eventos os quais a unidade escolar promove. A Terapia Comunitária é um dos projetos desenvolvidos no CIEJA, do qual, além da comunidade escolar, também participam os moradores dos arredores.

O atendimento dos educandos da EJA é realizado em todos os períodos e modalidades, portanto possui horários flexíveis. Estão inclusos os deficientes com e sem laudo. Conforme o Projeto Político-Pedagógico CIEJA (2015):

As defasagens na aprendizagem serão encaminhadas conforme a orientação de estudo incluindo a recuperação contínua, realizada pelo professor na sala de aula e as aulas de orientação de estudo no contraturno. O acompanhamento do processo será realizado de forma contínua pela coordenação e pelos conselhos de classe. Para os alunos que, além da recuperação necessitarem de algum atendimento especializado, realizaremos os encaminhamentos em parceria com as equipes de CEFAI, UBS e Conselho

Tutelar, procurando garantir um atendimento adequado e o avanço no processo de aprendizagem.

Com a preocupação da melhoria total de seus educandos, o Projeto Político-Pedagógico CIEJA (2015) desenvolveu metas para unidade escolar:

Ampliação de Orientação de Estudo, construir um currículo que contemple a diversidade ligado às práticas sociais, desenvolvimento de trabalhos voltados para a convivência, cidadania e atividades culturais, Redução da evasão escolar e ampliação do atendimento ao aluno deficiente.

Percebe-se claramente a preocupação da unidade escolar com as questões sociais e culturais dos educandos, por isso é importante que se observem os objetivos específicos do Projeto Político-Pedagógico CIEJA (2015):

Expressar-se oralmente e graficamente com eficácia em diferentes situações; interessar-se pela leitura e escrita como fontes de informação; enfatizar a resolução de problemas na exploração da matemática a partir de situações vividas no cotidiano; buscar textos de acordo com suas necessidades e interesses; dominar instrumentos básicos da cultura letrada que lhes permitam melhor compreender e atuar no mundo em que vivem; enriquecer o vocabulário; permitir, possibilitar, proporcionar situações que permitam o aluno deficiente a ler, escrever e compreender a escrita e leitura de acordo com as suas hipóteses.

Outro interesse que o CIEJA expressa é a inserção dos seus alunos no mundo da tecnologia; para que isso se realize, eles contam com a ajuda do professor Itinerário Formativo. Conforme o seu Projeto Político-Pedagógico (2015), estes são os objetivos específicos para as turmas:

Proporcionar aos alunos autonomia para pesquisas e trabalhos, para que possam desenvolver a maioria de suas atividades escolares sozinhos, respeitando suas idiossincrasias e atendendo de forma mais ampla o aprendizado individualizado; contribuir para o desenvolvimento das habilidades de comunicação e de estrutura lógica do pensamento e uso da informática como apoio aos projetos educacionais interdisciplinares.

4.2 EMEF

A escola municipal situada na zona sul de São Paulo pertence à DREA (Diretoria Regional de Educação de Santo Amaro) e possui três períodos em funcionamento. De acordo com o Projeto Político-Pedagógico EMEF (2015), as metas apresentadas da unidade escolar foram as seguintes:

Aumentar os índices de aprendizagem dos educandos; melhorar ainda mais as relações inter e infrapessoais; melhorar ainda mais a participação na comunidade nas atividades escolares; conscientizar os alunos e comunidade escolar num trabalho com e para a sustentabilidade. Manutenção dos recursos humanos físicos; gestão das verbas PNL, PDE e mais educação; atender às necessidades dos diferentes segmentos com material adequado às especificações necessárias. Equipar e garantir as atividades planejadas e desenvolvidas na unidade escolar.

Preocupada com a melhoria da aprendizagem de seus alunos, esta unidade escolar trabalhou com um projeto que contemplou a sustentabilidade. O projeto Político-Pedagógico EMEF (2015) aponta os seguintes objetivos:

Relacionar o trabalho desenvolvido no PEA (Projetos Especiais de Ação) com as atividades pedagógicas da Unidade Escolar, instrumentalizar a ação pedagógica de forma a promover o respeito ao meio ambiente e a sustentabilidade, diagnosticar dificuldades de leitura, interpretação e escrita dos alunos com vista à recuperação paralela e intervenção de sala de aula, criar espaços de reflexão e discussão das questões de sustentabilidade, usar ferramentas tecnológicas, desenvolver projetos de educação e proteção ao meio ambiente escolar e outros e assegurar o desenvolvimento de ações em busca da educação para a sustentabilidade.

O uso de ferramentas tecnológicas é um dos itens abordados nos objetivos desta escola, visto serem importantes as inserções dos alunos no mundo digital. Neste sentido a Educação de Jovens e Adultos também se beneficia da Informática Educativa, embora nada de apropriado foi encontrado para esta modalidade, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico EMEF (2015):

Articular com o professor de português principalmente; articular com o CP tempos, espaços e recursos para que toda a comunidade educativa tenha acesso; articular com o diretor e/ou gestão escolar horários, locais e recursos para a formação do aluno monitor; articular com o CP momentos de reflexão sobre as competências e habilidades necessárias para o século XXI no contexto digital; garantir a todos os professores espaços para publicação e divulgação de suas ações com alunos, desde que de comum acordo com a gestão escolar e/ou CP; articular com o CP a integração de áreas com TIC e motivar os educadores de área a participar dos projetos propostos por DOT/DRE-LE e Articular com o CP o envolvimento dos demais educadores nos Programas Aluno Monitor e nas Ondas do Rádio.

No que se refere aos educandos com dificuldade de aprendizagem, faz-se necessária a recuperação, processo que faz diagnósticos e possibilita ao discente

prosseguir seus estudos com sucesso. Conforme o Projeto Político-Pedagógico EMEF (2015):

De acordo com a Portaria de nº 1084/14 - de 31 de janeiro de 2014 que dispõe sobre o Programa de “Projeto de Apoio Pedagógico Complementar – Recuperação” nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, estabelecendo que o programa vem favorecer a participação dos alunos no processo e desenvolvimento das competências leitora e escritora por meio de intervenções pedagógicas com o objetivo de acompanhar mais de perto suas atividades de modo a auxiliá-lo a superar suas dificuldades.

Em relação à recuperação da Educação de Jovens e Adultos, foram desenvolvidas propostas de trabalhos com o predomínio de língua portuguesa. Conforme o Projeto Político-Pedagógico EMEF (2015):

EJA CICLO I e II: Em consonância com o trabalho desenvolvido pelos professores da EJA, em sala de aula, serão desenvolvidas atividades a partir de: textos verbais, textos não verbais, textos da esfera jornalística, textos da esfera de circulação escolar, textos da esfera literária – prosa (contos, crônicas, fábulas, romances, lendas e mitos, causos, histórias em quadrinhos, teatro...), textos da esfera literária – verso (parlendas, cantigas, poemas, canções, cordel, poemas, concretos...) e textos da esfera publicitária (slogan, logotipo, propagandas orais e/ou escritas...).

4.3 Comparativos

Para que seja possível visualizar melhor o comparativo do quanto a EJA é abrangida em ambos os PPPs, elaborou-se o quadro abaixo, considerando as seguintes dimensões: o conceito de adulto; a relação escola-comunidade; metas da unidade escolar para o ano de 2015; objetivos da unidade escolar 2015; escola e o mundo do trabalho; articulação da informática com o projeto pedagógico.

Quadro 1 – Elementos comparativos entre os PPPs

DIMENSÃO	CIEJA	EMEF
CONCEITO DE ADULTO	São alunos trabalhadores, donas de casa, jovens e alunos deficientes. A faixa etária entre 15 e 85 anos, muitos são migrantes, baixa qualidade profissional e valorizam a escola e os professores.	Não encontrado no PPP.
RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE	Em 2010 chamaram a comunidade para participar do Projeto desenvolvido no CIEJA, Terapia Comunitária, o qual podem participar alunos	Preocupados com o meio ambiente e considerando o aumento dos problemas referentes ao consumo desenfreado, faz-se necessária

	famílias, professores e alguns moradores do entorno da escola.	uma atuação junto aos alunos e à comunidade escolar, em geral, para que se apropriem dos conhecimentos e relação à sustentabilidade, os quais possam se tornar ferramentas para definir ações que visem suprir as necessidades atuais, sem comprometer as próximas gerações.
METAS DA U.E. 2015	Ampliação de orientação de estudo, construir currículo que contemple a diversidade ligado a práticas sociais, desenvolvimento de trabalhos voltados para a convivência, cidadania e atividades culturais, redução de evasão escolar e ampliação do atendimento ao aluno deficiente.	Aumentar os índices de aprendizagem dos educandos; melhorar ainda mais as relações inter e infrapessoais; aumentar ainda mais a participação na comunidade nas atividades escolares, conscientizar os alunos e comunidade escolar num trabalho com e para a sustentabilidade. Manutenção dos recursos físicos; gestão das verbas PNL, PDE e mais educação; atender às necessidades dos diferentes segmentos com material adequado às especificações necessárias. Equipar e garantir as atividades planejadas e desenvolvidas na U.E.
OBJETIVOS DA U.E 2015	Expressar-se oralmente e graficamente com eficácia em diferentes situações; interessar-se pela leitura e escrita como fontes de informação; enfatizar a resolução de problemas na exploração da matemática a partir de situações vividas no cotidiano; buscar textos de acordo com suas necessidades e interesses; dominar instrumentos básicos da cultura letrada que lhes permitam melhor compreender e atuar no mundo em que vivem; enriquecer o vocabulário; permitir, possibilitar, proporcionar situações que permitam o aluno deficiente a ler, escrever e compreender a escrita e leitura de acordo com a suas hipóteses.	Relacionar o trabalho desenvolvido no PEA com as atividades pedagógicas da U.E. Instrumentalizar a ação pedagógica de forma a promover o respeito ao meio ambiente e sustentabilidade. Diagnosticar dificuldades de leitura, interpretação e escrita dos alunos com vistas à recuperação paralela e intervenções de sala de aula. Criar espaços de reflexão e discussão das questões de sustentabilidade. Usar ferramentas tecnológicas, desenvolver projetos de educação e proteção ao meio ambiente escolar e outros. Assegurar o desenvolvimento de ações em busca da educação para a sustentabilidade.
ESCOLA E O MUNDO DO TRABALHO	Os professores Itinerários Formativos ministraram aulas	Não foi encontrado.

	na área de informática.	
ARTICULAÇÃO DA INFORMÁTICA COM O PROJETO PEDAGÓGICO	Proporcionar aos alunos autonomia para pesquisas e trabalho, para que possam desenvolver a maioria de suas atividades sozinhos, contribuir para o desenvolvimento das habilidades de comunicação e de estrutura lógica do pensamento, uso da informática como apoio aos projetos educacionais interdisciplinares.	Articular com o professor de português principalmente; articular com o CP tempos, espaços e recursos para que toda a comunidade educativa tenha acesso; articular com o diretor e/ou gestão escolar horários, locais e recursos para formação do aluno monitor; articular com o CP momentos de reflexão sobre as competências e habilidades necessárias para o século XXI no contexto digital; garantir a todos os professores espaços para publicação e divulgação de suas ações com alunos, desde que de comum acordo com a gestão escolar e/ou CP; articular com o CP a integração de áreas com TIC e motivar os educadores de área a participar dos projetos propostos por DOT/DRE LE; articular com o CP o envolvimento dos demais educadores nos Programas Aluno Monitor e nas Ondas do Rádio.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode-se observar nos PPPs das Unidades Escolares, no CIEJA a faixa etária dos estudantes está entre 15 e 85 anos e as salas são heterogêneas, já a EMEF desconsidera quem são seus educandos, pois não apresenta o conceito de adulto que estuda na escola.

No CIEJA a população em torno da escola participa do Projeto Terapia Comunitária juntamente com a comunidade escolar, nota-se que aqui existe a preocupação com o histórico cultural dos indivíduos e suas diferenças. Na EMEF entende-se que o tema sustentabilidade desenvolvido junto à comunidade escolar é importante, no entanto, verifica-se que as atividades estão direcionadas às crianças, esquecendo-se as especificidades da modalidade EJA.

As metas para 2015 no CIEJA foi construir um currículo, a fim de contemplar a diversidade social e cultural, reduzir a evasão escolar e ampliação do atendimento aos alunos deficientes. A EMEF pretendeu melhorar as aprendizagens dos alunos, gerir verbas do PDE e PNL, equipar e garantir as atividades planejadas e desenvolvidas na

Unidade Escolar, sem, entretanto, realizar nenhuma atividade que diferencie a atuação na EJA da comunidade escolar em geral.

Os objetivos para 2015 no CIEJA buscou a eficiência quanto à oralidade, leitura e escrita dos educandos, dar ênfase nas resoluções matemáticas e assegurar oportunidade ao aluno deficiente no processo de aprendizagem. A EMEF procurou relacionar o trabalho desenvolvido no PEA com as atividades pedagógicas da unidade escolar, diagnosticar dificuldade de escrita e leitura e desenvolver projetos relacionados ao meio ambiente.

O CIEJA está preocupado com a qualificação para o trabalho de seus educandos, visto que existem os professores Itinerantes Formativos que ministram informática.

A articulação da informática com o Projeto Político-Pedagógico no CIEJA buscou proporcionar autonomia para as pesquisas e desenvolver habilidades de comunicação e de estrutura lógica de pensamento. Na EMEF foi necessário garantir à comunidade escolar acesso à informática, os professores contaram com espaços para a divulgação de suas ações com os alunos e tiveram que motivar os educadores da área a participar de projetos propostos por DOT/DRE-LE. Verifica-se a falta de algo que atenda, em particular, aos interesses e, portanto, a realidade do público da EJA.

Foi possível observar que o Projeto Político-Pedagógico do CIEJA está diretamente voltado para EJA, visto ter como foco a diversidade, as questões socioculturais e a preocupação com a qualificação para o mundo do trabalho; no entanto, existe um vazio no que se refere às propostas curriculares destinadas à clientela da EJA na EMEF, isso pode tornar difícil a permanência dos jovens e adultos, visto que estes educandos necessitam atividades educacionais pertinentes às suas vivências

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como foco investigar os Projetos Políticos-Pedagógicos de duas unidades escolares que ministram EJA: sendo uma EMEF e um CIEJA.

A partir da análise dos Projetos Políticos-Pedagógicos das referidas escolas, pôde-se perceber que o CIEJA é uma unidade escolar voltada para a Educação de Jovens e Adultos, preocupada com a aprendizagem de seus educandos e que procura respeitar a diversidade existente na escola. O currículo preocupa-se com o meio social e cultural dos indivíduos. Existe uma interação além dos muros da escola, visto que o

Projeto Terapia Comunitária inclui também os moradores da comunidade e sabe-se como isso é importante para uma melhor qualidade educacional.

O horário flexível é outro fator importante, visto que é necessário, pois as escolhas podem ser um fator para que não haja a evasão escolar. No CIEJA, o que também chama atenção é a qualificação para o mercado de trabalho, que é ministrado no contraturno.

A EMEF é uma escola de ensino fundamental regular que ministra aulas da EJA. No ano de 2015, o seu PPP estava preocupado com projetos que dizem respeito ao meio ambiente e a sustentabilidade, com o índice de aprendizado dos alunos, diagnosticar dificuldade de leitura, interpretação e escrita dos alunos e recuperação paralela. De acordo com o PPP, a escola ressalta a prioridade à língua portuguesa por acreditar que tal componente constitui condições e instrumentos básicos para o domínio da aprendizagem nos demais componentes curriculares, nas diferentes áreas do conhecimento. Para a EJA, ciclo I e II, foram previstas várias formas de textos, no sentido de serem desenvolvidas nas atividades escolares. Apesar de o PPP contemplar atividades para a EJA, em nenhum momento pôde-se perceber o interesse pela diversidade cultural e social dos sujeitos que estudam esta modalidade de ensino.

Diante do exposto, vale ressaltar que o Projeto Político-Pedagógico de uma escola que ministra aulas da EJA necessita ir ao encontro dos interesses dos educandos, visto a heterogeneidade da clientela; para tal, são necessários conteúdos interessantes que levem em consideração os saberes anteriormente adquiridos dos educandos, dando-lhes estímulos para reduzir a evasão escolar.

Feito este diagnóstico exploratório, torna-se mister proceder estudos que possibilitem avaliar o grau de generalização dos resultados aqui apontados, para uma melhor compreensão das diferenças entre as escolas que ofertam EJA, a fim de subsidiar a tomada de decisão por parte dos responsáveis pelas políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Construção coletiva:** contribuição à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Alegre: Porto Editora, 1994.

CIEJA. **Projeto Político Pedagógico**. São Paulo.2015.

EMEF. **Projeto Político Pedagógico**. São Paulo. 2015.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. **A pesquisa em ciências humanas e a produção de conhecimento**. III Seminário de Estudos sobre Representação e Imaginário. Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp. Presidente Prudente, 2001.

HADDAD, S; DI PIERRO, M.C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, maio/junho/julho/agosto 2000, p. 108-194.

_____. **Uma visão da história da escolarização de Jovens e Adultos no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2006.

OLIVEIRA, I.B. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. **Educar**, Curitiba, n. 29, p. 83-100, 2007.

PUPO, V. O. **Disposições culturais e analfabetismo no Brasil**: histórias de exclusão educacional. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

VEIGA. P. A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção possível. 24ª ed. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. **Educação Básica e Educação Superior**: projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 2004.